

Missões em Diálogo

Lucia Helena Alves Sá¹

RESUMO: De modo inovador e crítico, Antonio Candido estudou a Literatura Brasileira, sustentando a nossa identificação cultural no lastro social-coletivo e revertendo a imagem do Brasil no contexto internacional. Ademais, ao aludir à expressão *Missão Portuguesa*, deu novo sentido à importância de Portugal para a formação da intelectualidade brasileira que encontra apoio, entre outros, no pensamento e obra do humanista Agostinho da Silva.

ABSTRACT: In a new and critic way, Antonio Candido has studied Brazilian literature supporting our cultural identity in a social-collective context and reverting the image of Brazil in the international context. Besides, citing the expression *Portuguese Mission*, it has given a new meaning to the importance of Portugal to the formation of Brazilian intellectuality that finds support, among others, in humanist Agostinho da Silva's thoughts and work.

PALAVRAS-CHAVE: Antonio Candido; Literatura Brasileira; Missão Portuguesa; Agostinho da Silva; Língua Portuguesa.

KEY-WORDS: Antonio Candido; Brazilian Literature; Portuguese Mission; Agostinho da Silva; Portuguese Language.

No período extremamente participante dos anos 30, no qual predominava entre nós a ideia de consciência amena de atraso — correspondente à ideologia de *país novo* que atribuía a si mesmo grandes possibilidades de progresso futuro — uma geração de intelectuais formados pelo espírito uspiano, que se evidenciou como “[...] a brecha por onde a oligarquia local imaginava ir ao encontro do espírito do tempo [...]” (ARANTES, 1997, p. 46-48), da qual pertence Antonio Candido, embalada pelas ideias modernistas de remodelação da vida mental brasileira —,

estabeleceu, por meio de uma nova classe política, igualmente à procura de pontos de apoio para o funcionamento das instituições, uma *vanguarda político-cultural*.

O professor Candido esteve a apontar que nesse período vanguardista de *graça ilustrado e simbiose com os donos da vida* houve uma significativa *força formativa atuante* que, mesmo sob as precárias condições culturais a que estávamos fadados, possibilitou a socialização e pôs em destaque, como afirmam Otília e Paulo Arantes (1997, p.57-60):

[...] a mais requintada experiência poética. Um esforço modelar de democratização da cultura, livre de barateamento, ou, para usar o termo político, isento de populismo. Embutida nele, como um programa hipotético, está a conversão — à democracia — do que a elite culta brasileira elaborou de melhor.

A tradição intelectual do pensamento marxista brasileiro, oriunda desse espírito crítico uspiano, que tem, como dito, em Candido seu maior expoente, cumpriu a missão de não ver o Brasil pelo prisma aristocrático, isto é, marcou o lastro de embate contra formas e práticas do pensamento conservador. Conseqüentemente, a ideia de país novo produziu na literatura algumas atitudes fundamentais.

Não há dúvidas de que a literatura brasileira faz parte das literaturas ocidentais e esse parentesco não foi negado por Candido que atesta que “[...] — como toda cultura dominante no Brasil — foi-nos imposta [uma literatura], constituindo um produto da colonização. Não era um prolongamento das culturas locais, como sonhavam [os românticos], mas um transplante da literatura portuguesa.” (MOTTA, 1999, p. 362). Mas, apesar disso, a literatura parecia depoimento e aderiu aos grandes problemas sociais, sobretudo, no romance do nordeste que antecipava até mesmo a tomada de consciência e a posição crítica dos economistas e políticos.

Desde o decênio de 30 do século XX, a ficção regionalista abandonava a amenidade e a curiosidade, tornando-se precursora da consciência de subdesenvolvimento, pois os escritores perceberam que havia um exagero e certo grau de mascaramento no encanto pitoresco, ou, como diz Candido, no cavalheirismo ornamental, com que antes se abordava o homem rústico. Os escritores logo se pautaram por um senso mais realista das condições de vida, bem como dos problemas humanos dos grupos desprestigiados. Eles passaram, então, a desvendar a situação de

¹ Mestra em Literatura Brasileira e Doutoranda em Literatura Brasileira pela Universidade de Brasília com pesquisa intitulada “Em torno do pensar poetizante de Agostinho da Silva”. email: alethoar@gmail.com

pobreza na sua complexidade, voltando-se contra as classes dominantes e vendo na degradação do homem uma consequência da espoliação econômica, não do seu *destino* individual. Deu-se, de certo, a reconstrução da ideia de *consciência de país novo* sob a referência que se fazia evidente de país subdesenvolvido com as consequências políticas que isso, indubitavelmente, poderia implicar.

Essa consciência estético-social iniciada naqueles anos 30 e que se alargou aos anos 40, juntamente com a crise de desenvolvimento econômico e o experimentalismo técnico que ganhava vulto no campo da ciência, proporcionou a nós o reconhecimento de que a nossa dependência encaminhava-se para uma interdependência cultural, ou seja: a unidade do país dava-se sob a diversidade. Este fato, conforme a visão crítica de Antonio Candido, viria favorecer o surgimento de obras (literárias) originais de refinamento técnico e de cunho reflexivo e universalista que, deixando de ser pitorescas, são menos imitação do que era estabelecido e previsto, tornando-se mais amplamente assimiladas, reciprocamente, por outros povos, incluindo os países metropolitanos e imperialistas.

Em seu sentimento de missão (se assim o podemos nomear), de caráter democrático e socialista, mesmo nos momentos mais agudos de esteticismo na análise do texto literário, o professor Antonio Candido preocupou-se com os fatores sociais e políticos para dar feição moderna à modernidade do Brasil (vale o pleonasma) que, entretanto, sabemos que ainda não se completou devido ao desajuste entre economia e nação, impedindo que façamos críticas à referência nacional. E, no entanto, paradoxalmente, foi a partir desse distanciamento entre economia e nação que se encaminhou um suporte analítico literário que sustentou de modo crítico a realidade nacional e a nossa identificação cultural no lastro social-coletivo, revertendo até mesmo a imagem brasileira (não mais fabricada aos modelos estrangeiros) no contexto internacional.

Desse modo, a práxis do pensamento intelectual de Antonio Candido atingiu singular prestígio na vida sociocultural brasileira, principalmente, em relação a sua incursão crítica empenhada no estudo da formação da literatura brasileira, em a *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (CANDIDO, 1981, V. 1 e 2). Por meio da literatura, entendida sob o descompasso entre o atraso e o moderno, entre o local e o universal, Candido definiu os

“[...] traços marcantes de como nos imaginávamos no momento de nossa formação como nação politicamente independente.” (MOTTA, 1999, p. 360) e nos certificou de que a literatura completou seu ciclo de formação, formou seu público e sua base produtiva e que, a partir de meados dos anos 30 do século passado, as conquistas modernistas já estavam assentadas ou rotinizadas e o desrecalque localista como que resolvido. Daí é que podemos afirmar: o que dá nome à nossa Literatura — Brasileira de certo, mas, sobretudo, Portuguesa devido ao substrato linguístico no qual se estrutura — é a nacionalidade dos autores.

Nos anos de 1930, também, houve um movimento intelectual-artístico que se exprimia no segundo tempo modernista de forma a ampliar o surto vanguardista, retirando-o do poder de grupos privilegiados, a fim de que a cultura pudesse ser transformada em fator de humanização da maioria por meio de instituições planejadas que tivessem o intuito de, na práxis, ratificar a dinâmica muito peculiar da vida brasileira e, por conseguinte, conter a cultura estrangeira de encomenda e os luxos europeus.

A teoria crítica de Candido, ao retomar ou reconfigurar, ressignificando, textos antropológicos e sócio-históricos notadamente já considerados clássicos, delineou um novo estudo da nossa *formação* que pedia interpretações outras devido à situação pós-Segunda Guerra Mundial, em que se proclamava o princípio de autodeterminação dos povos e a luta por uma descolonização que se alargava para formas de dominação neocoloniais ou imperiais, não restritas apenas a suas implicações políticas, mas, também, sociais, econômicas e culturais. Desse modo, a nação brasileira precisava de uma inovadora compreensão para esse outro (e novo) Brasil que se pretendida soberano e desenvolvido. Deu-lha, então, Antonio Candido com sua *missão* de caráter empenhado de suprir as carências de nosso subdesenvolvimento (econômico e social) e de trazer a lume vozes de escritores nacionais afinados com certa escritura literária voltada à crítica social com destaque à cultura brasileira.

Para melhor reverter o quadro de nossa dependência, era necessário, na visão daquele crítico, tomar consciência crítica do processo de inculcação de valores a nós trazidos durante a colonização e, a partir deles, dar nova dicção às produções artísticas propriamente nacionais. Todavia, em uma postura que parece disfórica, a maneira de compreender a nossa autonomia foi sempre relativa e não pertence apenas à análise literária, é extensiva para todos os campos

artísticos e extra-artísticos de nossa cultura, “[...] onde o sistema nacional entra em interação com outros sistemas e, em particular, com um campo intelectual de caráter supranacional. É evidente que relações de poder simbólico atravessam esse campo, com implicações político-culturais.” (MOTTA, 1999, p. 366) como ocorreu com a *Missão Portuguesa* que ampliou a consciência da nossa afinidade intelectual com o país que nos colonizou.

A *Missão Portuguesa* — rótulo proposto por Antonio Candido para designar a atuação de artistas e intelectuais portugueses que, a partir dos anos 30, fugidos da ditadura salazarista, estabeleceram-se em nosso país —, muito contribuiu para a formação da intelectualidade brasileira. As mentalidades intelectuais portuguesas

constituíram ao longo dos anos um agrupamento virtual de grande importância, que pesou mais do que se pensa em muitos setores (...). Se concebermos essa ampla atividade como emanada de um conjunto não sistemático nem cronologicamente concentrado de pessoas, veremos que ela abrangeu boa parte do país e contribuiu para o adensamento de nossa cultura. (LEMOS; LEITE 2003, p. 15).

Do intercâmbio cultural iniciado com a *Missão Portuguesa*, muitos professores portugueses que chegaram ao Brasil foram contratados para inaugurar o ensino de matérias até então inexistentes em nível superior, ou renovar o de outras que, no currículo das velhas escolas, estavam ligadas ao intuito prático de formar profissionais liberais. Um grande contingente desse grupo pertencia à área de Letras e, como aqui desenvolveram trabalhos significativos, contribuíram para um melhor conhecimento da cultura brasileira no exterior, já que os portugueses (os de lá) não tinham nas suas antologias o registro de autores brasileiros para estabelecerem algum equilíbrio cultural. Ao contrário de nós, que sempre estivemos mergulhados no universo português até no que tange à tradução de textos importantes da literatura ocidental.

A nossa afinidade intelectual com o país que nos colonizou pode ser percebida citando-se George Agostinho Baptista da Silva² que desenvolveu atividades acadêmicas e culturais e emitiu

² Nascido no Porto no dia 13 de fevereiro de 1906, tendo falecido em Lisboa, no dia 3 de abril de 1994. Licenciado em Filologia Clássica (1924), fez tese de doutoramento intitulada *O Sentido Histórico das Civilizações Clássicas*; colaborou na revista *Seara Nova* (1928); foi preso devido à publicação de *Doutrina Cristã* (1943). Em 1944, auto-exilou-se na América do Sul, instalando-se no Brasil definitivamente em 1947. E a partir de 1948 trabalhou em várias instituições brasileiras: Instituto Oswaldo Cruz, Faculdade Fluminense de Filosofia, Biblioteca Nacional, Universidade da Paraíba, Universidade de Santa Catarina, Ministério da Educação, Universidade da Bahia, Universidade de Brasília, Universidade de Goiás. Em 1955, assumiu a função de diretor de Cultura do Estado de Santa Catarina; tornou-se, em 1961, assessor para a política externa do Presidente da República Jânio Quadros.

opinião acerca da nossa estrutura histórico-política. Interessa sobremaneira a chegada, em especial, desse educador português (aliás, luso-afro-brasileiro) em terras brasileiras para evidenciar que ele despertava ressonâncias inconfundíveis, porque os intelectuais daqui, como alude Antonio Candido no prefácio de *A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas* (LEMOS, LEITE, 2003), haviam se nutrido quase exclusivamente de literatura portuguesa, dos *espíritos vivazes* dos grandes formadores de sensibilidade e opinião, o que gerou uma familiaridade que fazia daquele intelectual de ultramar uma espécie de encarnação daquilo que era conhecido apenas nos livros como representação da natureza, das cidades, dos costumes, dos tipos humanos, da sensibilidade, enfim, de tudo o que se compunha Portugal.

Agostinho da Silva, durante os 25 anos passados no Brasil, deixou evidente a sua recusa de vieses eurocêntricos e colonialistas e procurou ampliar, além do intercâmbio com a África, as relações diplomáticas entre brasileiros e portugueses apoiadas em um clima de confiança recíproca o que promoveria o surgimento, por sua vez, de “[...] outra comunidade, desta feita luso-brasileira, seguindo a vocação atlântica que, ademais, contemplava os interesses nacionais em África. [...] Ao mesmo tempo o Brasil procura romper a similar condição periférica e o alijamento imposto ao então chamado Terceiro Mundo.” (LEMOS; LEITE, 2003, p. 30).

No IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, promovido pela Universidade da Bahia e pela Unesco, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, de 10 a 21 de agosto de 1959, colocava-se

sob a pauta acadêmica, propostas de uma comunidade luso-brasileira, de múltiplos e díspares sentidos, em que se inscrevia o tratamento reservado às colônias portuguesas, pelas imagens e pelo lugar que lhes atribuíam. Sob o prisma de investimentos transnacionais em ação, a constituição da comunidade luso-brasileira e as relações com a África portuguesa converteram-se no nexos temático mais consistente do evento, articulando identidade e alteridade, como questões de base do Colóquio. (LEMOS; LEITE, 2003, p. 31)

Foram as intervenções de Agostinho da Silva, filósofo e visionário, na linhagem de Vieira, que “[...] levaram para o Colóquio, precisamente para o centro dos debates, as duas

Concebeu a formação do Museu do Atlântico Sul, no Forte de São Marcelo no ano de 1964. Em 1968, foi eleito membro da Academia Internacional de Cultura Portuguesa e, nesse mesmo ano, foi aos Estados Unidos da América lecionar em cursos de mestrado e doutorado do Queens College (Nova Iorque). Regressou a Portugal em 1969, mas

questões de fundo que davam sustentação aos colóquios internacionais luso-brasileiros: a comunidade luso-brasileira e as relações entre Brasil, Portugal e as colônias portuguesas na África.” (LEMOS; LEITE, 2003, p. 34). Esta comunidade singularíssima não pode mais ser considerada em sua dimensão utópica, porque já se faz tópica, realiza-se desde a fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)³ mesmo que em paradoxal senso de realidade, põe em pauta uma reflexão desestabilizadora da prática e do discurso coloniais e ainda se destina a sua discussão.

As intervenções de Agostinho da Silva tinham feição humanista, foram realizados na prática e encontraram, no Brasil, admiradores que as difundiram, alcançando, para citar alguns exemplos, ressonância na poetisa Dora Ferreira da Silva, Constança Marcondes César (Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Antônio Risério (Sociólogo e Escritor), Yeda Pessoa de Castro (Professora da Universidade Federal da Bahia), Edgard Santos (Médico e Reitor da Universidade Federal da Bahia nos fins dos anos de 1950) e em Caetano Veloso, notadamente na chamada fase tropicalista⁴, variante da composição do poema “Pau-Brasil”, de Oswald de Andrade, e veio utópico de vanguarda que punha em ênfase a incompatibilidade imemorial do antigo e do novo justamente no período histórico da ditadura militar no Brasil.

Agostinho da Silva, também, com suas convicções políticas de homem crítico da ditadura salazarista, auxiliava a intelectualidade brasileira, (quase) condenada a oscilar entre dois níveis

renacionaliza-se português dois anos antes de falecer. A síntese biobibliográfica de Agostinho da Silva pode ser lida em *O essencial de Agostinho da Silva*, de Romana Valente Pinho (Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006).

³ Criada em 17 de julho de 1996, as referências a sua fundamentação, acadêmicas ou oficiais, devem citar a personalidade de Agostinho da Silva, apoiada, entre outros, por José Aparecido de Oliveira, ex-embaixador do Brasil em Portugal, que conclamou os países de Língua Portuguesa à formação da Comunidade.

⁴ Em sua dimensão estratégica, o movimento Tropicalista apoiou-se na “antropofagia” de Oswald de Andrade. Foi plurificando e atualizando as propostas antropofágicas de 22 que a Tropicália reacendeu, nos anos de 1960, as luzes de um sincretismo cultural que reconhecia o vigor da Nação brasileira para além dos nacionalismos canhestros que então se propalavam. Vale dizer que a contribuição do Tropicalismo foi ter fixado, conforme Paulo Arantes, “[...] a visão descompassada de [nosso] país congenitamente dúplice.” Citando Adorno, que “[...] observou certa vez que as vanguardas artísticas não podem prosperar nas sociedades totalmente administradas (pelo Capital) – quer dizer, em sociedades absolutamente modernas [...]”. O autor nos confirma que o Tropicalismo não poderia ter surgido, como movimento de vanguarda, em uma sociedade moderna, onde “[...] as tendências objetivas ao nivelamento [diminuiriam] as chances da consciência, sem a qual não há cultura antagonica. Assim, a ruptura estética [do tropicalismo dependeu] de certo anacronismo, algo como um descompasso histórico condensado na experiência imediata e refletido na tradição cultural, graças ao qual se [tornavam] visíveis os limites de um aburguesamento

culturais, na compreensão das dificuldades que enfrentaria, e foi um exemplo do que já havia assinalado Antonio Candido: “O intelectual não tem obrigação nenhuma de ser militante nem político [porém se] o intelectual, o estudioso não romancista, não poeta, não tem uma certa consciência política não partidária, não de militância, ele não vê a realidade adequadamente.” (CANDIDO, 1997, p. 22, V.7). Isso soube fazer o mestre Agostinho, já que compreendera que “[...] no intelectual a consciência política ajuda muito a ver a realidade, sem que ele seja obrigado a ser político.” (CANDIDO, 1997, p.24).

E para não mais esquecermos, Agostinho da Silva viu no conturbado quadro político brasileiro a preparação para o golpe militar de 1964 que ampliaria o descompasso que já existia na vida cultural do país. A ditadura, que se implantara por obra da guerra-fria, de imediato mobilizou e confirmou formas tradicionais e localistas de poder. O antigo e o moderno realinharam-se sob uma lógica diferença o que, nas palavras do crítico Roberto Schwarz, significa que “[...] a integração imperialista, que em seguida modernizou a economia do país para os seus propósitos, revive e tonifica a parte do arcaísmo ideológico e político de que necessita para a sua estabilidade. De obstáculo e resíduo, o arcaísmo passa a instrumento intencional da opressão mais moderna.” (ARANTES, 1992, p. 36-37).

Enquanto permaneceu no Brasil, Agostinho da Silva participou de projetos culturais, dirigindo, entre tantos outros por ele fundado e organizado, o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), em 1959, na Universidade Federal da Bahia. E esteve ao lado de Darcy Ribeiro na fundação da Universidade de Brasília, tendo organizado, em 1962, o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP) cujo acervo de sua biblioteca contava com uma variedade enorme de títulos o que colaborava para o estreitamento da continuidade do vínculo histórico estruturador com as letras lusófonas que não configura um prejuízo, antes uma vantagem. Agostinho dirigiu esse Centro até 1964, deixando-o a cargo do professor José Santiago Naud⁵ até a vinda, em 1969, de outro português ilustre, estudioso dos Painéis de D. Afonso V, o professor José Luís Poças Leitão

ainda em curso. [E] Sirva de exemplo o objeto surrealista, no qual aliás está calcada a imagem tropicalista.” (ARANTES. 1992:38).

⁵ Foi professor pioneiro da Fundação Educacional do Distrito Federal e da Universidade de Brasília. Companheiro de Agostinho da Silva desde 1958 em diversas atividades culturais, como no apoio ao Centro de Tradições Populares de Sobradinho e, sobretudo, na implantação do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP).

Conceição Silva⁶. O CBEP foi extinto em 1972 pela ditadura militar brasileira que o via, erroneamente, como um espaço de neocolonialismo português⁷.

Cabe ressaltar que Agostinho da Silva fez parte de *O Grupo de São Paulo* (CÉSAR, 2000) que, na década de 50, protagonizou o mais duradouro diálogo “espiritual” e especulativo entre portugueses e brasileiros, no século XX, influenciando mentalidades e exercendo debates reflexivos daqui e dali. Integravam esse Grupo, além de Agostinho, Eudoro de Sousa, Vicente e Dora Ferreira da Silva e Miguel Reale.

Daí é lícito afirmar que Agostinho da Silva empenhou-se em contribuir para a construção da nossa nacionalidade, superando a dependência, por meio de ações culturais e pedagógicas de cunho humanista, voltadas para a realidade nacional, o que significou o estabelecimento de uma causalidade interna, tornando, até mesmo, mais fecundos os empréstimos tomados às outras culturas, principalmente, a portuguesa e reabsorvendo a cultura negro-africana aqui recriada pelos afrodescendentes, agora, nitidamente, brasileiros.

Logo, as ações estéticas ou extra-estéticas de Agostinho da Silva, um vanguardista, não se instituíram *in illo tempore*, porém, em circunstâncias histórico-sociais precisas e concretas, *in hoc tempore*, nas quais se firmou um constante debate intelectual que se pretende pragmático, operante, para conferir relevo à *metalinguagem* em busca programática do novo no bojo de nossas diversidades, apesar dos contrastes socioeconômicos ainda presentes no contexto da cultura nacional.

Com Agostinho da Silva podemos, portanto, compreender que Brasil e Portugal mantêm um entrelaçamento dual entre o *Mesmo* e o *Outro* que reforça a cifra dialética da cultura brasileira. Entre esses dois pólos, Brasil e Portugal, abrem-se, igualmente, espaços que revelam nossas carências que, paradoxalmente, favorecem uma tomada de consciência de nossa

⁶ Nascido em Lisboa a 4 de julho de 1917, chegou ao Brasil em 1967, indo logo a seguir ocupar a função de Diretor Executivo e Coordenador Substituto do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses. Intelectual de ação política, Conceição Silva promoveu o estudo da cultura portuguesa no cenário brasileiro e a reviu nos Painéis do Infante Santo e propulsionou ideias revolucionárias para a reforma agrária tanto de Portugal quanto do Brasil, afirmando que a edificação do Quinto Império depende, exclusiva e primordialmente, da efetiva reforma agrária. É o Brasil o único país capaz de realizar a reforma no campo, porque é ele o Graal.

⁷ O objetivo de Agostinho da Silva era, com a fundação do CBEP, fazer o Brasil conhecer um outro Portugal, diferente daquele que nos colonizou e que se inscreveu em nossa história.

comunidade nacional. Aspecto que foi, também, sublinhado, a seu modo, por Antonio Candido em seu trajeto de analista e crítico literário.

O mestre Agostinho nos deu a perceber que, mesmo que o velho Brasil luso-brasileiro tenha deixado de existir como dimensão única, ante a profunda mistura racial e cultural devido às migrações, e se configurando com traços próprios, há aqui um substrato unificador poderoso, formado pela língua e por influências originárias de todo tipo (literárias, folclóricas, arquitetônicas, urbanísticas, familiares), geradoras de uma fôrma, como acena Antonio Candido no prefácio de *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*, na qual se acomodam os neobrasileiros de diversificada origem.

Por isso, no Brasil, os portugueses são estrangeiros de tipo especial, que se ajustam de maneira também especial, devido, sobretudo, ao estabelecimento de um contato fácil: a Língua Portuguesa, aquela que, segundo Agostinho da Silva, deverá unificar todas as nações quando da formação do Quinto Império. Não obstante, o Império não deve ser outro que a da vontade (política) de erguer uma comunidade cultural baseada em uma unidade linguística, nos costumes, nos valores, nas potencialidades intelectuais e artísticas, todas elas mescladas com os componentes luso-africanos que estruturam o sincretismo brasileiro. Bem assim, a Língua Portuguesa já demarca um território específico que se oferece como via de transporte para conteúdos científicos ou poéticos.

Entender, assim, a Língua Portuguesa pelo viés agostiniano é apreendê-la como território em si, independentemente da forma política que sobre esse território se aloja; é projetá-la à dimensão universal, ou seja, desloca-la-ia de sua identificação imediata ao espaço de uma determinada nação. Nesse contexto, daquele império real que fora Portugal, surge outro Império, mais elástico e apropriado, um plural étnico e cultural que se sedimenta via código linguístico hegemônico. Império fundamentado em elos seculares de comunidades transcontinentais, multiétnicas e pluriculturais que validam a nossa diversidade e creditam nossas afirmações soberanas, não empobrecendo ou fragilizando potencialidades culturais já apontadas e discutidas reiteradamente por Antonio Candido. E esse Império não é senão o ideal antecipado da lusofonia, de ancoragem da Língua (Cultura) Portuguesa, sem laço e lastro colonialistas, de que esteve

Agostinho da Silva a propalar e, hoje, já evidente na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Referências bibliográficas

ARANTES, Otília; ARANTES, Paulo. **Sentido da formação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 46-48.

_____. _____, p. 57-60.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981, V. 1 e 2.

_____. _____, p. 142.

_____. **Revista Investigação**. Recife: UFPE, 1997, p. 22, V.7.

_____. _____, p.24.

LEMOS, F; LEITE, R. M.(Org.) **A missão portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora UNESP; Bauru, SP: EDUSP, 2003, p. 30.

_____. _____, p. 31.

_____. _____, p. 34.

MOTTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico**. São Paulo: Editora Senac, 1999: 360.

_____. _____, p. 362.

_____. _____, p. 366

_____. _____ **Sentido da formação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 3-37.